

A VERNACULIDADE AMERICANA VS A VERNACULIDADE
EUROPEIA: EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE LINGUÍSTICA
BRASILEIRA NO SÉC. XIX

Christianne Gally

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO: As discussões travadas no século XIX acerca das diferenças entre a língua falada no Brasil e em Portugal geraram dois movimentos teóricos: de um lado estavam os legitimistas, de outro, os separatistas. Antes de se impor o conceito de dialeto, era a vernaculidade o argumento-chave nessas discussões. Usando as categorias de representação e apropriação, este artigo pretende, então, analisar os usos do argumento da vernaculidade — em especial, no *Tratado de Língua Vernácula (Gramática)*, de Brício Cardoso —, como mediação entre as duas posições conflitantes.

PALAVRAS-CHAVE: Vernaculidade, Brício Cardoso, história das ideias linguísticas, identidade nacional.

ABSTRACT: *Discussions in the nineteenth century about the differences between the languages spoken in Brazil and Portugal led to two theoretical movements: on one side were the legitimists on the other separatists. Before imposing the concept of dialect, vernacular was the key argument in these discussions. Using the categories of representation and appropriation, this article then tries to analyze the argument uses the vernacular — especially in the Treaty of Vernacular Language (Grammar), of Brício Cardoso — such as mediation between two conflicting positions.*

KEYWORDS: *Vernacular, Brício Cardoso, history of linguistic ideas, national identity.*

A questão da gramática é, no Brasil, tão importante como a questão do café. Assim se expressou João Ribeiro (1979, p. 182), no final do século XIX, ao tratar da importância dada à manutenção do purismo linguístico pelos gramáticos que resistiam às ideias do uso da língua falada na literatura brasileira. Era, na verdade, uma questão política mais do que propriamente linguística.

Com a Independência política brasileira, em 1822 — que permitiu aos brasileiros “cuidar por si mesmos dos problemas relativos à língua herdada” (ELIA, 1961, p. 135) —, gramáticos e filólogos envolveram-se em discussões acerca da língua nacional. Buscava-se uma identidade linguística, “na alma do povo” (idem) na qual pudesse a nação estar refletida. Separar-se de Portugal era uma questão que também envolvia rupturas com todos os aspectos culturais portugueses, incluindo o reconhecimento das diferenças entre a língua falada em Portugal e a língua falada no Brasil.

Apesar de esse sentimento tomar conta de parte significativa dos intelectuais brasileiros, não aconteceu de maneira homogênea. A ideia de se ter uma língua genuinamente brasileira não agradou aos defensores de uma língua culta nos moldes da gramática portuguesa. De que maneira, então, gramáticos, filólogos e autoridades do ensino interpretaram a questão da nacionalidade linguística? Qual o argumento usado pelos puristas para atacarem seus adversários, aqueles que defendiam uma língua brasileira?

As representações¹ do nacionalismo linguístico foram construídas, principalmente, ao longo do século XIX, por meio de discursos e práticas, em dois movimentos distintos: de um lado estavam os legitimistas — que acreditavam na supremacia e no rigor da língua portuguesa europeia como diferencial de um povo que fora moldado pelos cânones culturais portugueses; de outro, os separatistas, ou dialetistas — que defendiam, grosso modo, o falar brasileiro e o uso de brasileirismos (no léxico, na morfologia e na sintaxe) como características de uma idealizada língua brasileira, independente da portuguesa². Esses dois grupos, entretanto, não eram excludentes.

¹ Para Chartier, (1990, p. 19), as representações do mundo social, independentemente da atuação de seus atores, “traduzem as suas posições e interesse objetivamente confrontados e, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”.

² “Mesmo depois da Independência (1822), a fidelidade à pureza da língua manteve-se. Fidelidade que muitas vezes chegou ao exagero, numa atitude de purismo intransigente. Bastará recordar, no começo deste século, as discussões calorosas a propósito da legitimidade das formas vernáculas entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, entre Heráclito Graça e Cândido de Figueiredo — entre dezenas de outros menos importantes. A nossa escola parnasiana caracterizou-se principalmente pela perfeição do vernáculo” (SILVA NETO, 1963, p. 164).

Os estudos gramaticais do período entre 1850 e 1900, aproximadamente³, são representações de um ideal nacionalista e de uma identidade brasileira desencadeados por mudanças econômicas e sociais ocorridas a partir da década de 1850. Esse período inicia-se com as polêmicas que envolveram José de Alencar e Pinheiro Chagas, Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco, Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro e é marcado pela publicação de gramáticas, como as de Júlio Ribeiro, e a fundação da Academia Brasileira de Letras, estendendo-se até a década de 1930, quando surgem as primeiras faculdades de Letras no país. Caracteriza-se, portanto, pela preocupação com a diferença entre o português e Portugal e o do Brasil.

Nas inúmeras polêmicas travadas nessa época, os intelectuais envolvidos reinterpretavam e utilizavam diversos modelos culturais em circulação para construir os ideais de uma língua nacional. A maneira pela qual se apropriam⁴ desses modelos, vale ressaltar, é resultado de operações sutis, de táticas que articulam os detalhes do cotidiano. Em outras palavras, respeitando os limites dados pelas estratégias de imposição, esses intelectuais produziram a partir de sua capacidade de compreensão e adaptaram tais modelos aos seus interesses de forma criativa. Suas práticas não foram, portanto, meras cópias dos paradigmas adventícios.

As posições conflitantes dos gramáticos, filólogos e escritores decorriam, em grande parte, da apropriação das várias doutrinas linguísticas — a exemplo das teorias de Müller⁵, Bréal, Littré, Brunot, Diez, Bopp, Whitney e Adolpho Coelho — que traduzissem seus anseios.

O argumento da tradição, porém, além de ser um dos mais contundentes na defesa da manutenção do purismo linguístico, era também aquele que

³ Conforme divisão proposta por Guimarães (1996), baseada nos critérios político e institucional, o primeiro vai de 1500, data da descoberta, até a primeira metade do século XIX, quando as polêmicas entre brasileiros e portugueses desencadeiam-se; o segundo começa desde a publicação das polêmicas e se estende até a década de 1930; o terceiro período vai do final dos anos 1930 até meados da década de 1960, quando a linguística se torna disciplina obrigatória nos cursos de Letras; e o quarto, vai da obrigatoriedade da disciplina Linguística no currículo dos cursos de Letras e da abertura dos cursos de Pós-Graduação em Linguística até os dias atuais. (Cf. GUIMARÃES, 1996).

⁴ Por apropriação entende-se a forma pela qual os indivíduos utilizam modelos culturais, em circulação num determinado momento, e os reinterpretam.

⁵ As teorias de Müller e Franz Boop foram, em grande parte, responsáveis pelas orientações de Fausto Barreto, mentor das reformas do Colégio Pedro II em 1870, que passou a conceber a língua “como organismo vivo, procurando aplicar o método positivo das ciências ao estudo da língua”. (FÁVERO, 2000, p. 188).

mantinha os defensores da vernaculidade e os dialetistas/separatistas em comum acordo, pois ambos combatiam o desvirtuamento da língua, principalmente no tocante à adoção de estrangeirismos⁶. As múltiplas discussões empreendidas sobre a língua brasileira/portuguesa apontavam para os vários lugares — histórico, social, intelectual e cultural — que cada um dos polemistas ocupava⁷.

Os puristas usavam o argumento da vernaculidade, referindo-se ao respeito à índole da língua portuguesa, elegendo-a como a mais nobre e, portanto, aquela a que os escritores brasileiros deveriam obedecer. Os vernaculistas defendiam o uso dos clássicos portugueses como modelos do bem falar e escrever a língua portuguesa, mesmo que esta, aqui no Brasil, apresentasse suas idiossincrasias. Inicialmente, portanto, o argumento da vernaculidade estava ligado à manutenção das regras e normas impostas pelos clássicos portugueses.

Foi Gonçalves Dias, entretanto, quem inaugurou a doutrina de que havia duas vernaculidades: a europeia e a americana. A partir das censuras feitas pelos portugueses à escrita dos brasileiros, Dias propôs o direito a uma vernaculidade brasileira, a um idioma que, tendo como base a língua portuguesa, fosse acrescido, remodelado, modificado para o uso dos brasileiros, enriquecendo, assim, o seu patrimônio, uma vez que era adaptado às necessidades desses usuários. “Não é aceitável a opinião que a vernaculidade do nosso idioma seja a mesma da língua portuguesa. Outra é a terra, outra é a gente, outra é a língua. O alamiré do ouvido português não pode ser o diapasão da nossa eufonia vocabular.” (SANCHES, 1940, p. XXXIX).

Havia, então, juntamente com o sentimento de nacionalidade, a defesa de

⁶ A “supervalorização da língua literária obscurecia os argumentos de outro tipo que não os históricos (a tradição de uma apreciável literatura em língua portuguesa) e, eventualmente, os estéticos (caso quase ímpar de Alencar)”. (PINTO, 1978, p. LVIII). Para Mussalin (2004, p. 81), “estes diferentes modos de referir-se ao português do Brasil não se trata de inconsistência, incoerência ou mesmo contradição; trata-se, na verdade, da manifestação de um processo de constituição de uma identidade nacional, que terá que lidar de forma constitutiva com o elemento estrangeiro, ainda extremamente presente e dominante no cenário nacional (...)”.

⁷ Para Brait (2000, p. 158), “gramáticos, filólogos, lingüistas, escritores, poetas enfim falantes que de alguma forma além de desfrutar a convivência com essa língua têm o poder de refletir sobre ela e expressar sua reflexão em forma de tratados, estudos, enredos e poemas, manifestam-se, e vêm se manifestando já muito tempo, no sentido de definir o que ela é, o que se imagina que ela seja, deva ou possa ser, e que em cada momento histórico se diferencia, não necessariamente pela inevitável mobilidade linguística, mas especialmente pelas diferentes perspectivas políticas e teóricas que recortam e delinham ‘a língua nacional’ e, conseqüentemente, definem, idealizam e /ou estigmatizam, pelo bem ou pelo mal, os diferentes falares e os diferentes grupos de falantes”.

uma língua que fosse reconhecida como brasileira. José de Alencar⁸, que inseriu, nas discussões, a noção de dialeto, Couto Magalhães, Batista Caetano — que chegou a denominar de vernaculice a preocupação com a correção vernácula portuguesa — e Paranhos da Silva, para citar alguns, faziam parte desse grupo que acreditava em duas vernaculidades. Essa bipartição favoreceu aos escritores brasileiros assumirem a brasilidade em suas obras como um instrumento de afirmação do nacionalismo.

Aos poucos se perdera o complexo de colônia e se criava uma consciência nacional. Os espíritos ilustrados compreendiam não ser mais necessária ou obrigatória a dependência ao lusismo, ao lusitanismo. Derramava-se a noção de que era possível ter personalidade, ter, enfim, caráter nacional. Era possível, neste fim de mundo, constituir-se uma literatura própria, resultante de ambiente próprio. Ambiente natural e ambiente espiritual. (SILVA NETO, 1963, p. 99).

Apesar dessa exigência, a tradição literária portuguesa prevalecia, pois a ruptura com o passado não fora uma lei a que deveria ser obedecida por todos os intelectuais brasileiros. Deveriam, apenas, os escritores, então, desprender-se das imposições dos clássicos, das adorações dos Bernardes e dos Vieiras. A América livre significava, também, liberdade de expressão.

Nessas discussões, vários foram os conceitos de vernaculidade: “é o colorido e o brilho da índole, da família, da gente e da localidade, derramado na expressão”; “é o aroma e a reminiscência da locução dos velhos do gineceu a transadarem no estilo elevado e à culta”; “traço fisionômico, o esplendor dos olhos, o corado das faces, a ruga da testa, tudo quanto constitui a fisionomia especial da linguagem...”; “patriotismo levado à palavra em suas diferentes combinações, o colorido local...”; “grande virtude; encerra o sentimento da nacionalidade e primitividade da linguagem”. “perfume [que] enleva e embriaga” (CARDOSO, 1944, p. 34-5).

A vernaculidade era, portanto, a “alma” de uma língua. Também admitia Cardoso (*idem*, p. 35) que havia duas vernaculidades na língua portuguesa: a

⁸ Alencar defendeu a “existência de uma língua nascida da necessidade de exprimir a natureza brasileira, as impressões novas para as quais o ‘verbo humano’ ainda não havia criado as formas. Por meio das novas condições que rodeavam a linguagem dos colonizadores, esta se havia enriquecido dos elementos linguísticos da contribuição indígena e dos trabalhadores africanos escravizados. Da vida dos engenhos, das minas, surgia uma nova língua portuguesa de mistura com o falar dos índios e dos negros, diferente como a própria raça que se caldeava na terra americana. Surgia o dialeto, como lhe chamou Alencar, mais doce e mais sonoro, mais terno ou mais vibrante, mais límpido, mais cantante, mais irisado, mais solar...” (SANCHES, 1940, p. 30-1).

americana e a europeia, ou seja, a língua brasileira, característica dos trópicos, e a língua portuguesa, a que se falava em Portugal. A mais bela era “a americana; a menos bela, a europeia (...)”. Por ser bela, era necessário que essa língua fosse transmitida aos descendentes tal qual os ascendentes a receberam, ou seja, mantendo a tradição clássica portuguesa. Apesar desse cuidado, não se poderia duvidar que a vernaculidade americana traduzia melhor a realidade, os anseios e interesses dos brasileiros. “Por que também não posso querer que a vernaculidade americana seja mais bela que a portuguesa, se nosso céu tem mais primores que o português, como disse o cisne que se chama Gonçalves Dias?”⁹ (ibidem).

A língua portuguesa falada no Brasil é “opulentíssima de dotes peculiares próprias que enastram (sic) a coroa triunfal com que ela se distingue das outras, mesmos da latina, com a qual é tão parecida que muitas vezes falamos períodos e frases tão latinas como portuguesas”. (CARDOSO, 1873). Ela possuía variadas características que a tornavam suprema — “grave, engraçada, lacônica, copiosiosa, levantada, substanciosa, apta a todos os estilos da eloquência, poética e florida” (idem) —, pois sintetizava qualidades de outras línguas:

De todas as outras línguas (...), possui ela o melhor: a pronúncia da latina, a origem da grega, a familiaridade da castelhana, a brandura da francesa, a elegância da italiana, a santidade da hebraica pela honestidade e compostura dos vocábulos.

Ela que possui cabedais de que as outras carecem, como sejam, idiotismos, adágios, sentenças, formas verbais em maior escala, ela que única possui o processo de apassivar o verbo atributivo na terceira pessoa do singular, ela, que faz o mais freqüente emprego da ordem universal no arranjo e coordenação da proposição, é certamente a mais rica de todas as línguas. (Cardoso, 1873).

A vernaculidade americana, portanto, era o jeito próprio de o brasileiro se expressar, de usar seu idioma. Sem essas características, a dicção nacional tornar-se-ia estrangeira. A vernaculidade encerrava em si o sentimento da nacionalidade e primitividade da linguagem.

Ninguém poderia dizer que era vernáculo sem que tivesse conseguido “expressar-se do modo que mais se conchegue (...) com a consciência e ciência

⁹ Sanches (1940, p. 181), ao se referir à afirmação de Brício Cardoso acerca das duas vernaculidades, enfatizou: “Eis aí, como pensava, há mais de meio século, acerca da nossa vernaculidade, um que não ignorava a sua língua nem a dos nossos maiores em Portugal, alguém que não educara a palavra na lição de autores estrangeiros; que não escrevia ‘a esmo’, em frases urdidadas de ‘resíduos’ de ‘idiomas peregrinos’, mas um grande mestre que sabia de raiz, de ciência e consciência, a língua portuguesa e a língua brasileira”.

de sua gente, com o jeito que melhor recorde sem violentas afetações o falar de seus maiores e tenha um não sei que cheiro à terra em que nasceu e criou-se”. (CARDOSO, 1944, p. 37).

Essas declarações acerca da vernaculidade brasileira em contraposição à portuguesa, entretanto, estavam pautadas na apropriação dos discursos linguísticos que circulavam, principalmente, junto às reformas políticas e educacionais que fomentavam a construção de uma nação independente. Os gramáticos e mais ainda os filólogos sabiam que havia muitas diferenças entre as duas vernaculidades, mas sabiam também que era necessário sustentar a ideia da tradição clássica portuguesa para que os indivíduos permanecessem inseridos no meio intelectual. Àqueles que falavam à moda dos grandes escritores portugueses, a vernaculidade “dá diploma de clássicos, àqueles que não se enlevam nela, e não forcejam por conservar ao português sua fisionomia natural, nega esse dom de comprazer aos outros, vibrando-lhes no coração aquele sentimento sagrado que nos prende com tanto afínco e religião ao torrão de greda — que se diz nossa pátria.” (idem, p. 38).

Essa “alma” da língua era percebida por meio do estudo aprofundado e contínuo, da tradução e da imitação dos clássicos. Ela não estava no domínio das regras: “bebe-se pelos olhos nos modelos de literatura que nos ficaram da antiguidade; bebe-se pelos olhos nos quadros magníficos da natureza de nosso país; bebe-se pelos ouvidos nos lábios de nossos avós” (ibidem). Assim, o gênio da língua deveria ser adquirido, respeitando os modelos dados pela leitura de páginas e páginas de “Lucena, Jacintho Freire, Fr. Luiz de Souza, João de Barros e Padre Vieira, simultaneamente combinados com outras tantas dos clássicos brasileiros¹⁰, que também os há, sem dúvida, e de levantado merecimento.” (ibidem).

Ao mesmo tempo, então, que se defende uma língua genuinamente brasileira, é-lhe imposto o respeito à tradição clássica. Os homens “de letras brasileiros (...) quando e conforme eles querem, [usam] palavras que trescalam a vernaculidade de nosso neoportuguês que é uma vernaculidade própria, especial, ingênita” (CARDOSO, 1944, p. 36).

¹⁰ Poder-se-ia recomendar a leitura das “esplêndidas” composições de autores, como Alencar, Manuel de Almeida, Juvenal Galeno, Porto-Alegre, Machado de Assis, Joaquim Serra, Castro Alves, Guimarães, França Junior, Gentil Homem, Salvador de Mendonça, José Bonifácio, Bernardo Guimarães, Ferreira de Menezes, José do Amaral, Teixeira de Melo, Dias Carneiro, Bittencourt Sampaio, Mello Morais (pai e filho), Pedro de Calazans e Gonçalves Dias. Todos eles foram apontados como “os mais robustos talentos brasileiros [que] andam todos ocupados na faina de caracterizar a vernaculidade do português americano sob color (sic) de emancipar nossa literatura da reinícola” (CARDOSO, 1944, p. 35).

Os gramáticos, principalmente, buscavam uma posição nessa discussão que fosse mediadora. Cardoso era um purista e, como tal, defendia o manejo das formas legítimas que fossem de uso corrente e sancionadas pelos clássicos — todos os escritores de primeira ordem, “abalizados por excelência de linguagem, altura de ideias e primor de estilo” (idem).

A contradição aparente está no fato de tratar da língua escrita como extensão da língua falada. Quando se pergunta se há algum “mal em se acostumar à dicção de tais escritores (...) e em se afinar patriamente o ouvido pelas obras monumentais desses repositórios do bom dizer português”, Cardoso (idem) explicita a crença de que a fala é a imagem da escrita e vice-versa. Não há como negar a tradição clássica, mas também não há como negar as diferentes vernaculidades.

O aspecto que mais desrespeita a vernaculidade — tanto americana quanto europeia — é a inserção de palavras francesas no léxico.

O que nos é desairoso, o que nos degrada, o que nos infama é a introdução de francesismos nos tesouros de nossa língua (...). Aqueles que trabalham por deturpar a galharda construção do período nacional, aqueles que trabalham por extinguir o gosto dessa formosa e boníssima coisa, que se chama vernaculidade são uns bárbaros assoladores, dignos das fogueiras inquisitoriais. (CARDOSO, 1944, p. 129).

Se, por um lado, havia gramáticos que propunham uma conciliação baseada em novos princípios linguísticos, como foi o caso de João Ribeiro, depois de revisar seus quadros teóricos, por outro, havia aqueles que defendiam a liberdade da língua brasileira, como é o caso de José Veríssimo, aceitando os galicismos como enriquecedores de seu léxico. Para ele, “a vernaculidade e o respeito à índole da língua não significavam necessariamente purismo e submissão aos modelos clássicos”. (VERÍSSIMO, 1907, p. 68).

Para outros estudiosos, como João Ribeiro, entretanto, não só os francesismos faziam parte desse colorido especial da vernaculidade americana, mas também os brasileirismos — expressões tipicamente regionais consideradas impróprias na literatura. A vernaculidade da língua brasileira estava muito mais nas palavras espelhadas pela alma dos brasileiros e pela feição das coisas brasileiras do que “na pureza, na correção, propriedade dos termos, acerto das frases e da construção gramatical, embora a tudo isso dê a ela muito apreço” (idem, p. 37).

Tem-se, então, uma representação da língua culta, mesmo que esteja ela sendo reavaliada pelos escritores. Mesmo que alguns deles projetassem, em

suas obras, termos e expressões indígenas, por exemplo, ou transpusessem para a fala de seus personagens a língua falada pelo povo, era na Corte¹¹ que deveriam ter o exemplo de língua falada culta, pois, nas províncias¹², a vernaculidade, “esta **anima mater** das línguas” (idem, p. 88), fugia às características a ela inerentes.

Como os escritores eram considerados guardiões da vernaculidade, cabia a eles o dever de “expurgar as características da fala popular, peculiaridades de sabor folclórico e sinônimo de ignorância da língua, como pretendiam João Ribeiro e Rui Barbosa”. (PINTO, 1978, p. 37). Essa questão, entretanto, estendeu-se até início do século XX, e a posição da manutenção da tradição, ainda, era defendida:

O português culto do Brasil não deve ser, de nenhum modo, vil pasticho, imitação servil do português culto dos antigos (clássicos) ou do português castigado dos atuais grandes escritores do imenso Portugal. Com Alencar, Machado de Assis e Euclides da Cunha — para só falar nos maiores — já temos apreciável tradição de português culto. // Mas, por outro lado, não nos queiram impor, como padrão e modelo, o falar rústico e regional, cuja origem há de buscar-se no tosco linguajar de aborígenes e de negros recém-importados. Esse tipo de falar pode servir de base a uma interessante literatura regional (v. Catulo da Paixão Cearense e Leonardo Mota), mas nunca servirá de expressão e matéria-prima à verdadeira literatura nacional.” (SILVA NETO, 1963, p. 100).

Escritores que ignoravam, por exemplo, o uso de algumas preposições estaria cometendo não só uma transgressão aos preceitos estabelecidos pelas normas da língua portuguesa, como também escreviam “não castiço, sem vernaculidade, cometendo aliás faltas contra a pureza da língua, solecismos e outros erros de sintaxe”(CARDOSO, 1944, p. 108).

Tratava-se, portanto, de um caso inquisitorial. A vernaculidade brasileira, apesar de ser reconhecida como de índole e feição distintas da vernaculidade portuguesa, não admitia a transgressão às normas impostas pelos gramáticos e

¹¹ Era na Corte que havia um “número maior de palavras, um giro maior de expressões, uma soma maior de discursos, tudo purificado, tudo afinado pelo maior diapasão, que é o gosto aperfeiçoado, o gosto civilizado, quisera antes dizer, a vernaculidade nua e crua, a vernaculidade nacional”. (CARDOSO, 1944, idem, p. 87). Assim também acreditava Jerônimo Soares Barbosa.”

¹² Nas províncias “o órgão se conserva rude como ao sair das mãos da natureza; porque a falta do uso e do trato lhe deixa incertos e inconstantes os sons das línguas, defeituosas as palavras que resultam de suas combinações, como incorretas as combinações sintáticas que resultam de suas palavras” (Cardoso, 1944, p. 87).

escritores portugueses. Não admitia os estrangeirismos, os brasileirismos, os neologismos sem precedentes, etc.

O argumento da vernaculidade, portanto, representava uma alfândega lingüística com ares científicos. Respeitar-se-iam as idiossincrasias do léxico e da construção da língua brasileira, permitindo alguns usos de cor local, mas era necessário defender as normas gramaticais vigentes em Portugal. Aparentemente contraditório, como a maioria dos puristas de sua época, Brício Cardoso acreditava ser um depositário digno da língua portuguesa, mesmo admitindo a existência de uma língua diferente em solo brasileiro.

Referências bibliográficas

- BRAIT, Beth. Em busca de uma identidade linguística brasileira. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de. (org.). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2000, p. 157-168.
- CARDOSO, Brício. Discurso proferido no dia do encerramento das sessões da aula de ensino primário superior da cidade da Estancia pelo respectivo professor, no ano letivo de 1872. *Jornal do Aracaju*. Aracaju, 15 de janeiro de 1873.
- _____. *Tratado da Língua Vernácula (Gramática)*. Rio de Janeiro: Valverde, 1944.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- ELIA, Silvio. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: INL/ MEC, 1961.
- FÁVERO, Leonor Lopes. A produção gramatical brasileira no século XIX – da gramática filosófica à gramática científica. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de. (org.). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2000.
- GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In.: GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni Puccinelli.(orgs.). *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996, p. 127-138.
- MUSSALIN, Fernanda. Processos de constituição e legitimação de uma identidade linguística brasileira. In: FERNANDES, Cleudemar Alves *et al.* (orgs.). *Sujeito, identidade e memória*. Uberlândia: EDUFU, 2004.
- PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos (1820/1920), fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EdUSP, 1978.

- RIBEIRO, João. *A Língua nacional e outros estudos linguísticos*. Petrópolis, RJ: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.
- SANCHES, Edgar. *Língua Brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1940.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.

